VALORIZAÇÃO DOS SABERES DOS IMIGRANTES CONGOLESES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM LUANDA (ANGOLA)

VALUING THE KNOWLEDGE OF CONGOLESE IMMIGRANT IN THE CONTEXT OF SOCIAL EDUCATION IN LUANDA (ANGOLA)

DOI 10.55028/geop.v21i40

Sousa da Silva Sobrinho[*]
Ivone da Silva Machado Santos[**]
Octávio Bengui José Hinda[***]
António Carlos Manuel[****]

Resumo: Este estudo analisa estratégias da Educação Social voltadas à valorização dos saberes dos imigrantes congoleses em Luanda, Angola. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em procedimentos bibliográfico e documental. Os resultados apontam desafios relacionados ao reconhecimento das identidades culturais, à fragilidade das redes de apoio social e às limitações dos espaços de participação comunitária. Como estratégias para a valorização dos saberes desses imigrantes destacam-se a realização de eventos multiculturais, o fortalecimento das redes de acolhimento, a integração social, a promoção de espaços de participação e o diálogo intercultural.

Palavras-chave: Educação Social; Migração; Inclusão Social; Interculturalidade; Imigrantes Congoleses.

Abstract: This study analyzes social education strategies aimed at valuing the knowledge held

Introdução

Geograficamente, Angola localiza-se na parte austral do continente africano, limitado ao Sul pela República da Namíbia; ao leste, pela República da Zâmbia; ao noroeste, pelo oceano atlântico; ao norte, pela República do Congo (Brazzaville) e pela República Democrática do Congo (RDC). A última constitui a maior fronteira terrestre e fluvial de Angola com cerca de 2.511 km^2 (Paim, 2024).

Para compreender melhor esse fluxo migratório, é necessário conside-

[*] Graduado em Ensino de História pela Escola Superior Pedagógica do Bengo (ESPE-BENGO); mestre e doutorando em Educação Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campus do Pantanal. https://orcid.org/0009-0005-6138-3783. E-mail: sousadasilvasobrinho9@gmail.com.

[**] Graduada em matemática pelo Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia (IMES); mestra em Gestão Social e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). https://orcid.org/0009-0003-6762-6470 .E mail: ivonesmachado@gmail.com.

[***] Graduado em Ensino de História pela Escola Superior Pedagógica do Bengo (ESPE-BENGO); mestre em Educação pela Universidade do Estado do Amazonas – (UEA), Escola Normal Superior – ENS, Programa de Pós-Graduação em Educação – (PPGED). https://orcid.org/0009-0004-5289-8112. E-mail: octaviobengui@gmail.com.

[****] Graduado em Ensino de História pela Escola Superior Pedagógica do Bengo (ESPE-BENGO). https://orcid.org/0009-0005-7578-5740. E-mail: antoniomassengo4@gmail.com.

by Congolese immigrants in Luanda, Angola. It is a qualitative study based on bibliographic and documentary research. The results highlight challenges related to the recognition of cultural identities, the fragility of social support networks, and limitations regarding spaces for community participation. Key strategies for valuing these immigrants' knowledge include hosting multicultural events, strengthening reception, social integration networks, and fostering spaces for participation and intercultural dialogue.

Keywords: Social Education; Migration; Social Inclusion; Interculturality; Congolese Migrants.

rar fatores históricos e políticos que ajudam a explicar a presença de cidadãos congoleses em Angola. Do ponto de vista histórico, deve-se ao fato de que, no contexto pré-colonial, uma boa parte do atual território angolano e congolês constituía o Reino do Congo, situação alterada apenas com a colonização e os limites fronteiriços estabelecidos na Conferência de Berlim em 1884-1885 (Inglês, 2017; Paim, 2024).

No plano político, por se tratar de uma região rica em minerais, desde 2021, o leste da RDC tem sido alvo de tensões, disputas e conflitos armados entre a Força Oficial Armada da RDC e o movimento "rebelde" M23. Essa situação tem sido considerada como uma das principais causas do conflito generalizado que tem provocado uma onda de extrema violência e atrocidades aos cidadãos civis (Rosas; Carvalho, 2024; Lima, 2024).

Segundo a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em setembro de 2025, Angola acolheu aproximadamente 55 mil refugiados e requerentes de asilo, provenientes principalmente da República Democrática do Congo, Guiné-Bissau, Costa do Marfim e Mauritânia. Entre esses grupos, os cidadãos congoleses representavam a maior parcela da população refugiada residente no país, correspondendo a cerca de 41,4% do total. Sensivelmente 68,7% dos refugiados e requerentes de asilo registados em Angola residem em Luanda.

Dados recentes do Relatório intitulado "Arriscando suas vidas para sobreviver", divulgados pela Organização Não Governamental (ONG) dos Médicos sem Fronteiras (MSF), indicam que, apenas em 2025, o conflito na RDC deslocou cerca de 100 mil pessoas. Destes, 35 mil buscaram segurança no território angolano (MSF, 2025).

Com base no Relatório (MSF, 2025), o ingresso ao território angolano ocorre principalmente por meio das províncias de Cabinda, Lunda Norte, Uíge, Zaire e Moxico, que compartilham fronteiras terrestres e fluviais com a RDC. Embora as portas de entrada sejam às províncias referenciadas, os imigrantes têm como destino final a cidade de Luanda. Essa preferência é motivada pela busca de maiores oportunidades de trabalho, acesso a serviços públicos, possibilidades de inserção em redes sociais e comunitárias.

No âmbito institucional, Angola dispõe de instrumentos jurídicos voltados à proteção e regulamentação da permanência de estrangeiros no país. Destaca-se a Lei n.º 13/19, de 23 de maio de 2019, que estabelece o Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros na República de Angola, regulando aspectos relacionados à entrada, permanência, residência e saída de cidadãos estrangeiros. O dispositivo jurídico é um avanço normativo, contudo, a efetivação da inclusão social dos migrantes exige ações que ultrapassem a dimensão legal e alcancem os espaços comunitários, culturais e educativos.

É neste contexto que o presente artigo busca analisar as estratégias que a Educação Social dispõe para articulação e valorização dos saberes dos imigrantes congoleses em Luanda. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em procedimentos bibliográfico e documental (Gil, 2002). Em relação ao primeiro (bibliográfico), recorremos a autores como: Inglês (2017); Paim (2019); Sobrinho (2024) e outros. Em relação ao segundo (documental), consultamos a Constituição da República de Angola (2010); e o Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros na República de Angola, Lei nº 13/19, de 23 de maio de 2019.

O trabalho é constituído por quatro partes. Na primeira, apresentamos de forma concisa a contextualização da nossa temática e os seus respectivos objetivos; na segunda, discutimos em relação a presença dos imigrantes congoleses em Luanda e os estigmas criados em torno deles; na terceira, abordamos sobre as possibilidades desenvolvidas por meio da Educação Social que podem contribuir na melhor integração e valorização dos saberes desta população em Luanda; por fim, trazemos as considerações finais do presente estudo.

Os congoleses em Luanda: cultura e estigmas sociais

Os processos migratórios em Angola, desde o período colonial até o contexto pós-independência desempenharam um papel significativo na configuração social, cultural e política do país. Segundo Ammassari (2005), na atualidade, o impacto no crescimento deste movimento tem sido observado nas relações sociais, nas culturais e nas formações identitárias da sociedade angolana.

E sobre este olhar, os direitos dos estrangeiros na condição de imigrantes no território angolano estão salvaguardados no artigo 25º da Constituição da República de Angola. Segundo o documento, tal como os cidadãos angolanos, os imigrantes gozam igualmente dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, bem como proteção do Estado (Angola, 2010, p.11).

É nesta concepção que o Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros que complementa a Constituição, Lei nº 13/19, de 23 de maio de 2019, define como imigrante todo cidadão credenciado e autorizado a residir de maneira temporária ou definitiva no território angolano e não possui a nacionalidade do país. De acordo com o instrumento, é garantido aos imigrantes o direito de:

> a) recorrer aos órgãos judiciais dos atos que violem os seus direitos; b) não ser preso sem culpa formada, nem sofrer qualquer sanção, a não ser nos casos e pelas formas previstas na Lei; c) exercer e gozar pacificamente os seus direitos patrimoniais e não sofrer quaisquer medidas arbitrárias ou discriminatórias; d) não ser expulso ou extraditado, senão nos casos e pelas formas previstas na Lei (Angola, 2019, p. 04).

No substrato acima, observa-se que legalmente existe em Angola, um conjunto de iniciativas jurídicas que defendem, salvaguardam os princípios universais sobre o direito dos imigrantes e equitativamente incentivam o respeito à diferença e à diversidade. De acordo com o Serviço de Migração e Estrangeiro (SME), existem em todo território angolano cerca de 139.812 imigrantes de diversas nacionalidades. E destes, as nacionalidades com mais imigrantes no país são: a portuguesa, a chinesa, a guineense e a congolesa (Angola, 2024).

Em relação ao último, a presença de cidadãos oriundos da República Democrática do Congo (RDC), em Angola, especialmente, na capital Luanda é significativa, estando distribuída por diversos bairros e "*musseques*"[1], como Cazenga, Cacuaco, Sambizanga, Escongolense, Palanca, Kilamba Kiaxe e outros.

A existência dos congoleses ganha outro cunho de compreensão em relação aos outros cidadãos imigrantes, com evidência os da Europa e América (Coelho,

[1] No contexto angolano equivale a periferia.

2021). Sendo assim, esses imigrantes de nacionalidade congolesa são marcados no dia a dia por linguagens estereotipadas.

Esse modo de pensar, evidencia-se como xenofobia, uma atitude que não tolera o princípio da diversidade e é reforçada, principalmente, pelos bairros onde habitam, o tipo de sonoridade musical que ouvem, o modo de falar alto e a pouca adaptação com a língua portuguesa, características aproveitadas por alguns nacionais, como um caminho para prática de ações que legitimam a marginalização e o preconceito. Segundo (Kohatsu, 2019), essa versão de antipatia aos cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), e outras maneiras de discriminação, condicionam a participação desse grupo na vida social do país de acolhimento.

Para contrariar essa lógica, a Agenda 2063, elaborada pela União Africana (UA) constitui um plano estratégico de longo prazo voltado para a construção de uma África integrada, próspera e centrada nas pessoas. Entre as suas aspirações, destacam-se a promoção de sociedades inclusivas, democráticas, comprometidas com os direitos humanos, a justiça social e a participação cidadã. O instrumento reconhece que o patrimônio cultural, linguístico e religioso do continente representa a valorização das identidades africanas e o respeito às diferenças como elementos essenciais para a construção da coesão social e do desenvolvimento sustentável, afirmando que: "a gestão de toda a nossa diversidade será uma fonte de riqueza, harmonia e transformação social e econômica, ao invés de uma fonte de conflito" (União Africana, 2015).

Portanto, a Agenda 2063 enfatiza a necessidade de promover a integração entre os povos africanos, fortalecer a livre circulação de pessoas e ampliar a participação ativa dos cidadãos nos processos de desenvolvimento social, econômico e político. Ao defender uma África inclusiva, na qual nenhuma pessoa deve ser excluída em virtude de sua origem, etnia, religião ou condição social, o documento reconhece a diversidade cultural como um elemento estratégico para a construção da coesão social. Nessa perspectiva, a gestão da diversidade deixa de ser compreendida como um fator de conflito e passa a constituir uma fonte de harmonia, transformação social e prosperidade compartilhada.

Estratégias de inclusão e valorização dos saberes dos imigrantes à luz da educação social

O respeito à pluralidade cultural é um elemento fundamental para integração dos povos como defende a agenda 2015-2063 da União Africana. Alinhada a esta, as experiências dos imigrantes congoleses não se restringem à educação formal ou às qualificações profissionais. Trata-se de um conjunto diversificado de saberes construídos ao longo da vida, nas relações familiares, comunitárias, culturais, reli-

giosas e laborais, vivenciadas tanto na República Democrática do Congo quanto nos contextos de deslocamento e acolhimento. São saberes linguísticos, práticas culturais, formas de organização comunitária, estratégias de solidariedade, atividades econômicas, modos de preservação da memória e da identidade coletiva.

À luz da Educação Social, os saberes dos imigrantes em Luanda constituem um patrimônio cultural. Ortega (1999) destaca ainda que, a educação é uma dimensão inseparável dos indivíduos e das comunidades acompanhando o ser humano ao longo de toda a vida. Por essa razão, a educação não se restringe ao espaço escolar, devendo ocorrer em diferentes contextos sociais e comunitários. Assim, toda educação é, ou deve ser social, pois se desenvolve na família, na escola, na comunidade e para à comunidade. Não é possível conceber uma educação verdadeiramente individual sem considerar a formação dos sujeitos para a vida em sociedade e para a convivência coletiva. Segundo Ortega (1999), a Educação Social constitui um processo progressivo e contínuo de formação do indivíduo, orientado para o seu desenvolvimento integral e para sua participação na comunidade.

Outra perspectiva destacada por Petrus (1998) entende a Educação Social como um processo de socialização. Nessa concepção, sua finalidade é possibilitar a integração dos indivíduos na sociedade por meio da assimilação de normas, valores e atitudes que favorecem a convivência social. Trata-se de um processo que contribui para a participação dos sujeitos na vida comunitária, fortalecendo vínculos sociais e ampliando oportunidades de inclusão.

Como destaca Díaz (2006, p. 92), "o indivíduo socializa-se dentro e fora da instituição escolar e, por isso, a educação social deve efetuar-se em todos os contextos nos quais se desenvolve a vida do ser humano". A partir dessa premissa, amplia a compreensão da educação para além dos espaços formais de ensino, reconhecendo a importância dos contextos comunitários, culturais e sociais na formação dos sujeitos.

Sob esse viés, ao discutir os fundamentos da Educação Social, Petrus (1998) apresenta diferentes perspectivas construídas a partir da cultura do bem-estar. A primeira compreende a Educação Social como um processo de adaptação, por meio do qual os indivíduos adquirem características intelectuais, sociais e culturais necessárias para viver em determinado contexto social. Essa adaptação ocorre continuamente ao longo da vida, acompanhando as transformações sociais e permitindo que os sujeitos respondam às exigências de ambientes em constante mudança.

As teorias de educação social aplicadas ao contexto migratório, permitem compreender que a inclusão dos imigrantes não deve limitar-se ao acesso a serviços e direitos básicos. É necessário promover processos educativos que fortaleçam sua participação comunitária, valorizem seus conhecimentos e experiências, que contribuam para integração social sem que isso implique a perda de suas identidades culturais.

Sayad (1998), afirma que a migração deve ser compreendida como um fenômeno social total, capaz de transformar simultaneamente a sociedade de origem e a sociedade de acolhimento. No entendimento do autor, migrar não significa apenas deslocar corpos entre territórios, mas também transportar culturas, memórias, valores, conhecimentos e formas de organização social.

A compreensão dos fluxos migratórios africanos exige ainda a consideração das orientações estabelecidas pela União Africana. No contexto africano, estas movimentações apresentam características particulares relacionadas a fatores históricos, culturais, econômicos e políticos. A migração entre a República Democrática do Congo e Angola constitui um exemplo significativo dessa dinâmica, uma vez que ambos os países compartilham laços históricos construídos muito antes da constituição das fronteiras nacionais contemporâneas.

Com base na análise da dinâmica migratória dos congolenses em Luanda, destacamos três desafios centrais que condicionam a valorização dos saberes desta população, entre eles: (i) dificuldades relacionadas ao reconhecimento e preservação das identidades culturais; (ii) fragilidade das redes de apoio social e institucional; e (iii) limitações dos espaços de participação comunitária e diálogo intercultural.

Os resultados desses desafios baseiam-se em sobremodo, nos achados de Coelho e Falau (2024), que analisaram os processos de inserção social, cultural e linguística de imigrantes africanos e regressados em Angola. Os autores identificaram que dificuldades relacionadas ao reconhecimento identitário, à discriminação, à aprendizagem da língua portuguesa e à integração social constituem obstáculos recorrentes na trajetória dos imigrantes. Por outro lado, destacaram que as redes de relações familiares, comunitárias e os processos de aprendizagem construídos no cotidiano atuam como fatores impulsionadores da inserção social. Tais evidências reforçam os desafios observados nesta pesquisa e sustentam a necessidade de estratégias voltadas ao fortalecimento da inclusão social dos imigrantes congoleses em Luanda (Quadro 1).

Quadro 1. Desafios identificados e estratégias de inclusão propostas

Desafio identificado	Fundamentação no estudo de Coelho e Falau (2024)	Evidências observadas na pesquisa
Dificuldades de reconhecimento e valorização das identidades culturais.	Os autores discutem os conflitos de pertencimento, a reconstrução das trajetórias identitárias e as tensões entre a cultura de origem e a cultura angolana, evidenciadas nas práticas culturais, na música, na língua e nos costumes dos imigrantes.	Relatos de invisibilidade cultural, preconceito e dificuldades de valorização das tradições congolesas.
Barreiras linguísticas e comunicacionais	O estudo demonstra que o domínio limitado da língua portuguesa constitui um dos principais obstáculos para a integração social, educativa e profissional dos imigrantes e regressados.	Dificuldades relacionadas ao domínio da língua portuguesa e seus impactos na inserção social e profissional.
Fragilidade das redes de apoio e acolhimento social.	Os autores destacam a importância dos vínculos familiares, das amizades e das relações comunitárias como elementos facilitadores da inserção social e do sentimento de pertencimento.	Limitações no acesso à informações, apoio institucional e integração comunitária.
Limitações dos espaços de participação e diálogo intercultural	O artigo enfatiza a necessidade de relações baseadas na igualdade de diferenças, no diálogo intercultural, na superação da discriminação e da xenofobia.	Baixa participação em processos decisórios e escassez de espaços de diálogo intercultural.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos resultados da pesquisa e dos achados de Coelho e Falau (2024).

Os desafios sistematizados no Quadro 1, encontram respaldo tanto nos documentos analisados nesta pesquisa quanto nos resultados apresentados por Coelho e Falau (2024). Observa-se que as dificuldades relacionadas à identidade cultural, à língua, ao pertencimento social e à participação comunitária estão interligadas e influenciam diretamente os processos de inserção social dos imigrantes congoleses em Luanda.

Sob a orientação teórica da Educação Social, a partir dos desafios e evidências observadas, apontamos nesta análise três estratégias de reconhecimento dos saberes dos imigrantes congoleses em Luanda. A primeira, consiste na promoção de eventos multiculturais que favoreçam o reconhecimento da diversidade e o intercâmbio entre imigrantes e comunidades de acolhimento. A segunda, refere-se à criação e ao desenvolvimento de redes capazes de oferecer apoio social e fortalecer os vínculos comunitários. A terceira, traduz-se na promoção de espaços de participação e diálogo intercultural, nos quais os envolvidos possam expressar suas experiências, compartilhar conhecimentos e contribuir ativamente para a construção de soluções voltadas às necessidades da comunidade.

A promoção de eventos multiculturais tem como objetivo a valorização das identidades culturais, e constituem como processo de identificação de um patrimônio sociocultural, que frequentemente permanecem invisíveis diante de dis-

cursos que enfatizam apenas as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes. Hall (2006) destaca que a identidade cultural não é fixa nem imutável, mas construída continuamente por meio das relações sociais e dos processos históricos. Nesta percepção, estes grupos constroem novas formas de pertencimento sem necessariamente abandonar suas referências culturais de origem.

Por isso, a valorização das identidades culturais constitui um importante mecanismo de reconhecimento do acervo cultural, mas sua efetividade depende da existência de vínculos sociais sólidos na sociedade de acolhimento, onde tais vínculos nem sempre estão plenamente constituídos, o que reforça a necessidade de ações estruturadas de suporte. Nesse sentido, a criação e o fortalecimento de redes de acolhimento e integração tornam-se fundamentais para assegurar apoio, proteção e oportunidades de participação comunitária a esse grupo em Luanda.

Importa destacar que as redes de acolhimento podem ser compreendidas como espaços de solidariedade e cooperação que favorecem o compartilhamento de informações, a orientação sobre direitos, o acesso a serviços públicos e a construção de relações de confiança entre imigrantes e população local. Além de responderem às necessidades imediatas decorrentes do processo migratório, essas redes contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertença e ampliação das oportunidades de participação social.

A importância dessas iniciativas também pode ser compreendida a partir das reflexões de Santos (2007), para quem a construção de sociedades mais justas requer o reconhecimento da pluralidade de saberes e experiências produzidas pelos diferentes grupos sociais. Segundo o autor, a valorização das experiências coletivas e das práticas de solidariedade fortalece os processos de participação social e contribui para o enfrentamento das desigualdades. Sob essa ótica, as redes de acolhimento constituem espaços privilegiados para a troca de conhecimentos, a cooperação comunitária e a construção de estratégias coletivas voltadas à inclusão dos imigrantes.

Candau (2008), destaca que a convivência democrática em contextos marcados pela diversidade cultural depende da criação de espaços que favoreçam o diálogo, o respeito às diferenças e a interação entre distintos grupos sociais. Assim, as redes de acolhimento e integração podem contribuir para aproximação dos grupos de chegada e comunidade local, promovendo relações baseadas na confiança, no reconhecimento mútuo e na cooperação. Ao fortalecer essas relações, cria-se um ambiente mais favorável para a participação dos imigrantes na vida social, econômica e cultural do território de acolhimento.

No caso dos congoleses em Luanda, o fortalecimento dessas redes pode ocorrer por meio da articulação entre associações comunitárias, instituições religiosas, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, órgãos públicos e religiosas. A atuação conjunta desses diferentes atores sociais possibilita não apenas a oferta de apoio social, orientação jurídica e encaminhamento para serviços públicos, mas também o reconhecimento e a valorização dos saberes deste coletivo, suas experiências de vida e suas práticas culturais. Nesse sentido, tais redes favorecem a ampliação das oportunidades de participação comunitária, contribuindo para processos de integração mais amplos, consistentes e duradouros.

Nesse sentido, as redes de acolhimento e integração não apenas beneficiam os imigrantes, mas também contribuem para a própria comunidade de acolhimento, promovendo relações sociais mais inclusivas, participativas e solidárias.

Essa compreensão dialoga com a filosofia africana Ubuntu, fundamentada na ideia de que a existência humana se constrói nas relações com os outros. Expressa a máxima que "eu sou porque nós somos", valorizando a solidariedade, a reciprocidade, o respeito mútuo e a responsabilidade coletiva, princípios que convergem com a Educação Social ao promover a inclusão, a participação comunitária e o reconhecimento da diversidade (Ramose, 1999).

Como estratégia, destacam-se os espaços de participação e diálogo intercultural, entendidos como ambientes de interação, escuta e construção coletiva entre imigrantes e a comunidade de acolhimento. A inclusão social não se concretiza apenas por meio do acesso a direitos e serviços, mas também pela possibilidade de participação ativa dos sujeitos nos processos que influenciam suas vidas e o desenvolvimento da comunidade. Desta forma, a criação desses espaços de diálogo contribui para que os imigrantes deixem de ser vistos apenas como destinatários de políticas públicas e passem a ser reconhecidos como protagonistas e agentes de transformação social.

A importância do diálogo intercultural também é destacada por Walsh (2009), ao afirmar que a interculturalidade não deve limitar-se à convivência entre culturas distintas, mas promover relações horizontais baseadas no respeito mútuo, na cooperação e na construção coletiva do conhecimento. Sob essa perspectiva, o diálogo intercultural constitui uma ferramenta capaz de superar preconceitos, reduzir tensões sociais e fortalecer a convivência democrática em sociedades caracterizadas pela diversidade cultural.

A promoção de espaços de participação e diálogo intercultural encontra respaldo em experiências concretas desenvolvidas no contexto angolano. Um exemplo é a Feira dos Refugiados e Migrantes, organizada pela Comissão Episcopal

para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes (CEPAMI), em Luanda, que em 2025, reuniu migrantes, refugiados e membros da comunidade local para apresentações culturais, gastronômicas e artísticas.

De forma complementar, o Serviço Jesuíta aos Refugiados realiza oficinas, encontros comunitários, formações e atividades educativas que estimulam a participação social dos imigrantes e o diálogo entre diferentes culturas. Essas iniciativas constroem relações de confiança, compartilhamento de experiências e a elaboração coletiva de soluções para desafios comuns.

Diante do exposto, sob o panorama da Educação Social, a valorização dos saberes dos imigrantes congoleses em Luanda, podem contribuir para a construção de uma sociedade que não dispõem somente de mecanismos legais que salvaguardam os direitos desses grupos, mas que garantem a possibilidade de uma inclusão efetiva, independentemente da origem, raça, gênero, crenças e outras.

Considerações Finais

O presente estudo analisou estratégias da Educação Social voltadas à valorização dos saberes dos imigrantes congoleses em Luanda, Angola, evidenciando a relevância de abordagens que ultrapassam a dimensão normativa da inclusão social e alcançam os campos culturais, comunitários e educativos. A partir da análise realizada, verificou-se que os processos migratórios não envolvem apenas deslocamentos territoriais, mas também a circulação de saberes, identidades e práticas socioculturais que necessitam de ser reconhecidas e valorizadas nos contextos de acolhimento.

Os resultados indicam que os imigrantes congoleses enfrentam desafios significativos relacionados ao reconhecimento de suas identidades culturais, à fragilidade das redes de apoio social e às limitações dos espaços de participação comunitária e diálogo intercultural. Tais fatores contribuem para situações de vulnerabilidade, invisibilidade social e restrição do exercício pleno da cidadania, reforçando a necessidade de políticas e práticas mais integradas de inclusão.

Nesse sentido, conclui-se que a valorização das identidades culturais constitui um elemento fundamental para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e reconhecimento dos imigrantes. No entanto, sua efetividade depende da existência de redes de acolhimento estruturadas e de espaços efetivos de participação social, capazes de promover a interação entre imigrantes e comunidade local. Assim, a articulação entre associações comunitárias, organizações religiosas, instituições de ensino, organizações não governamentais e órgãos públicos mostra-se estratégica para a consolidação de processos de integração mais consistentes.

Ademais, evidenciou-se que os espaços de diálogo intercultural desempenham papel central na construção de relações sociais mais democráticas, ao possibilitar a escuta, a troca de experiências e a construção coletiva de soluções para desafios comuns. Sob a perspectiva da Educação Social, tais espaços contribuem para a superação de estigmas, a redução de preconceitos e o fortalecimento do protagonismo dos imigrantes enquanto sujeitos ativos nos processos de transformação social.

O estudo reforça que a inclusão social dos imigrantes congoleses em Luanda não pode ser compreendida apenas como acesso a direitos e serviços, mas como um processo contínuo de reconhecimento, participação e valorização dos saberes.

Por fim, a pesquisa se apresenta como uma das contribuições iniciais para o debate, abrindo caminhos para investigações futuras que possam ampliar a compreensão sobre o fenômeno migratório em Angola e fortalecer perspectivas mais inclusivas e participativas no campo da Educação Social.

Referências

ALMEIDA, G. M. R.; BAENIGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. *In*: BAENIGER, R. (org.). **Migração internacional**. Campinas: Nepo/Unicamp, p. 23-34, 2013.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Angola**: Operational Data Portal – Refugee Situations. Genebra: UNHCR, 2025.

AMMASSARI, S. Migration and development: new strategic outlooks and practical ways forward – The cases of Angola and Zambia. **Migration Research Series**, n. 21. Geneva: IOM, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.

COELHO, Marciele Nazaré. Migrações contemporâneas em Angola: culturas e identidades construídas e reconstruídas. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 32, n. 2, 2021.

COELHO, Marciele Nazaré; FALAU, Isaías Tchirica. Inserção social e cultural em Angola: trajetórias de migrantes africanos e regressados. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 32, n. 70, 2024.

ELBOJ, Carmen S.; PUIGDELLÍVOL, Ignasi; SOLER, Marta; VALLS, Rosa. **Comunidades de aprendizaje**: transformar la educación. Barcelona: Graó, 2002.

FLECHA, Ramón; GÓMEZ, Jesús. **Racismo**: no gracias. Ni moderno, ni posmoderno. Barcelona: El Roure, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

INGLÊS, Paulo. **Angola é a nossa casa**: reintegração de retornados angolanos no Uíge vindos da República Democrática do Congo. Brasília: CSEM, 2017.

KOHATSU, Lineu N. Imigração, assimilação e xenofobia: algumas notas. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 50-75, 2019.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. A Guerra do Leste da República Democrática do Congo: cidadania, coltan e geopolítica da Região dos Grandes Lagos. **Afros & Amazônicos**, v. 2, n. 8, p. 73-87, 2024.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS (MSF). Arriscando suas vidas para sobreviver. 2025. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/nova-onda-de-violencia-atinge-a-populacao-no-leste-da-rdc/. Acesso em: 16 jun. 2026.

PAÍM, Edmar da Silva. Fronteiras da República de Angola: rastos da Conferência de Berlim. **Janus.net – e-journal of International Relations**, v. 15, n. 1, p. 348-359, 2024.

PETRUS, Antonio. **Pedagogia social**. Barcelona: Ariel, 1997.

PLEYERS, Geoffrey. Altermundialismo y multiculturalismo: algunas pistas de reflexión. *In*: TOURAINE, Alain *et al*. **Conocimiento e identidad**. Voces de grupos culturales en la investigación social. Barcelona: El Roure, 2004. p. 58-64.

ROSAS DUARTE, Geraldine; CARVALHO, Letícia. Operações de estabilização e prolongamento dos conflitos armados: estudo de caso do retorno do M23 na República Democrática do Congo. **Araucaria**, v. 26, n. 55, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SOBRINHO, Sousa da Silva. Direitos humanos em angola: uma reflexão sobre o contributo das ONGs na educação das crianças em situação de vulnerabilidade. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Anais**... Campo Grande-MS: UCDB, 2024.

UNIÃO AFRICANA. **Agenda 2063**: a África que queremos. Adis Abeba: Comissão da União Africana, 2015.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009.